Entrevista

Geografias e a AGB[1]

Claudinei Lourenço: Para iniciar este bate-papo, eu imagino uma questão, que na verdade foi formulada por você mesmo no artigo intitulado, se bem me lembro, "Os Objetivos e os Conteúdos do Ensino da Geografia". Ao chegar ao final do texto você afirma que a Geografia deveria ensinar a elaborar questões e também a respondê-las. E hoje? Quais seriam as questões que poderiam estar colocadas para a Geografia?

Douglas Santos: Você está retomando um texto antigo. Eu o escrevi para o Fala Professor que se realizou em Presidente Prudente, em 1995. Naquele momento, uma das maiores preocupações para a elaboração do texto foi evidenciar a necessidade de se buscar o papel do conteúdo no processo de ensino-aprendizagem. O pressuposto é que para a grande maioria dos professores os conteúdos das disciplinas devem ser ensinados por que são importantes em si mesmos. Quando, por exemplo, procuro ensinar o relevo do Brasil o meu objetivo seria fazer com que os alunos aprendessem como é o relevo do Brasil. O que o texto busca realçar é que essas coisas não são tão lineares. Discutir relevo tem por objetivo criar, numa nova geração uma experiência discursiva e, com isso, uma experiência cognitiva, uma experiência lógica que lhe permita olhar o mundo e identificar a diferencialidade das formas e seus possíveis significados. A pura e simples constatação de que os relevos existem ou deixam de existir não é suficiente para o ensino da Geografia. Então, quando digo que o ensinar Geografia envolve ensinar a construir perguntas e respostas, busco chamar a atenção do leitor para a necessidade de se compreender as ordens lógicas que me permitiriam construir perguntas e buscar respostas. Então, quando eu ensino o relevo, o meu objetivo não é o relevo, mas a ordem lógica que me permite construir um discurso deste tipo.

CL: O que me parece é que você elucida bem a importância, por dentro do conhecimento geográfico, da relação entre forma e conteúdo na construção destas questões. E, de fato, nós temos que partir dos exemplos e até construí-los. Na sequência gostaria que você comentasse sobre quais questões são internas à elaboração do próprio pensamento geográfico. Obviamente os conteúdos devem aparecer na elaboração das perguntas. Sem o conteúdo, como você diz no texto, não há, de fato, construção. No campo da Geografia, epistemologicamente perguntando: quais são as questões que nos permitem chegar à constru-

1 Entrevista do Professor Douglas Santos concedida à Revista Terra Livre no dia 14-02-2011, para Claudinei Lourenço, Coordenador de Publicações da Diretoria Executiva Nacional (DEN). Agradecemos a Paulo Cabral Lage da Seção Local Belo Horizonte pela transcrição da entrevista.

ção destas questões? Porque temos questões que são anteriores a ela. Afinal de contas, elas estão ainda pouco formuladas. A hegemonia da lógica formal, que você descreve, é uma delas, e como a lógica dialética poderia num momento, como a lógica do improvável, visitar o empírico, o real, de uma forma mais rica? Então a questão no fundo era essa. Quais são as questões colocadas para a comunidade dos geógrafos, para o pensamento geográfico de uma forma geral?

DS: A primeira reflexão a se levantar é reconhecer quais seriam os fundamentos do discurso geográfico. Sem esses fundamentos não é construir perguntas e, muito menos, respostas. Tal reconhecimento, no meu entender, deve ser feito a partir de três dimensões distintas e absolutamente interligadas:

A primeira é o reconhecimento da existência da geograficidade do mundo, isto é, que há uma ordem tópica no fenomênico, determinante para sua própria caracterização e dinâmica. Ao se propor que existe uma relação tópica entre os fenômenos, o reconhecer das formas, das posições relativas – o onde elas estão, para onde elas vão - estabelece a possibilidade da construção de uma estrutura analítica capaz de permitir algum tipo de síntese e, portanto, reconhecer o que é o mundo pelo viés de uma de suas dimensões efetivas.

A segunda é reconhecer que existe uma Geografia. Isto é, existe no mundo uma tradição discursiva que tem nesta localização e no desvendamento de seus possíveis significados seu fundamento lógico e ontológico. Trata-se de um discurso que nos permite afirmar que tanto Estrabão quanto Milton Santos produziram discursos com os mesmos objetivos, fundados na mesma tradição. Vale lembrar que escreveram discursos geográficos muito diferentes – no mínimo porque algo em torno de 1800 anos de histórias e geografias os separa – mas eles não são geográficos à toa. São geográficos porque têm esses mesmos fundamentos, têm essa ordem topológica por fundamento.

A terceira é o discurso propriamente dito, o fato de que eu, você e todos os geógrafos somos capazes de proferir diferentes discursos sobre uma mesma realidade. Tais discursos, no entanto, só serão geográficos se dialogarem efetivamente com essa mesma tradição. Então, há uma tradição a se considerar. E essa tradição se funda numa pergunta, que é, justamente, o sentido da localização das coisas numa determinada escala, que é a escala do ecúmeno. Neste sentido, então, eu diria que ao reconhecer que buscamos na percepção do mundo algum tipo de ordem lógica que nos permita explicá-lo, essa nossa percepção não é divagante, ela não é simplória, ela não é total, ela não é simplesmente catastrófica, digamos assim, porque ela tem uma direção – todo discurso tem por objetivo alguma ordem. A percepção do mundo, num primeiro momento, é sempre caótica e a construção do conhecimento é a tentativa de dar ordem ao

caos. A ordem da Geografia envolve o reconhecimento de uma ordem tópica na escala da nossa relação com a vida, da nossa relação com o mundo, na escala do nosso ecúmeno. Este fundamento permitiu aos gregos se tornarem o centro do mundo para si próprio e aos chineses serem o centro do mundo também para si e permite a algumas tribos indígenas da Amazônia serem o centro do mundo para eles mesmos, e permite, hoje, acharmos que o ecúmeno é o planeta como um todo, que existem "N" povos que se constituem e que nós, de alguma maneira, estamos olhando o mundo a partir da nossa própria centralidade enquanto modo de produção capitalista. Esta ordem é que constrói o discurso geográfico. A pergunta fundamental é identificar qual é, afinal de contas, a ordem que o capitalismo cria. Não o capitalismo enquanto uma entidade metafísica, mas o capitalismo enquanto uma forma de vida, isto é, o como nós, os seres humanos, ao nos relacionarmos com todas as nossas alteridades, em todos os níveis e escalas, construímos uma ordem própria. Isso nos obriga, portanto, a rever um conjunto de conceitos, inclusive o conceito de localização. Quer dizer, se a Geografia Clássica entende a localização como uma localização euclidiana, hoje a Geografia tem de entendê-la no interior dos processos que a identifica. A proposição é reconhecer que você, por exemplo, está onde está sempre em relação a um determinado processo, porque em outros processos você está em outros lugares: os lugares são os lugares da processualidade.

Tudo isso envolve uma nova concepção de regionalidade, uma nova concepção de territorialidade, de paisagem... Bom, essas categorias vão mudando de posição para poder dar conta de uma nova noção de ecúmeno, de uma nova escala do ecúmeno, de uma nova capacidade de entendimento de alguma coisa que nós poderemos chamar de unidade geográfica, digamos assim.

CL: Mais do que responder, você colocou outas inúmeras questões. Acho que isto é interessante e permite-nos começar a pensá-las. Desde a necessidade de se identificar o que é pensamento geográfico e sua relação com a própria geograficidade, como algo que possui caráter ontológico, quase natural - como se o arranjo da existência pudesse ser determinado ontologicamente - e, há aí uma relação com os gregos, como se pudesse pensar uma institucionalização primeira da Geografia, com o fato dos gregos terem nomeado aquilo que viria a ser considerado como Geografia. Antes daquilo não haveria então Geografia no sentido da elaboração do pensamento. Existiriam práticas, saberes, existências concretas com o mundo, pela magia, pelo mito, mas não uma Geografia construída. De fato, parece que foram os gregos que elaboraram o termo Geografia, então essa é o que eu chamaria de primeira institucionalização. Foi marcado que haveria para o ser um novo ente...

DS: Bom, desculpe cortar sua reflexão, mas acho que é importante identificar aí que a própria criação do nome, a nomenclatura, assim como Geometria, Geografia, Filosofia, Física, Metafísica, este conjunto de proposições que a civilização grega clássica nos legou estão associadas à necessidade se reconhecer o comportamento humano no formato de uma estrutura discursiva. Reconhecer esse fato é identificar os fundamentos da nossa tradição Greco-romana-judaica e o sentido que ela deu ao significado de conhecimento.

Tal reconhecimento implica, ainda, que não podemos chamar de não sistemática a cartografia dos Incas, ou não sistemáticos o conhecimento e a topologia que se desenvolveu na China, por exemplo, simplesmente porque consideramos que é mais sistemático o dos gregos. Esses processos de sistematização foram constituídos em todas as civilizações, principalmente quando se refere ao saber de caráter topológico entendendo por isso o reconhecimento do lugar em que estou (o caráter sintético) e de coisas e processos que me permitem reconhecê-lo (o caráter analítico), qual é o lugar do outro, qual o outro lugar, o lugar do imaginário, o céu, o inferno...

CL: Isso não seria uma visita a reconhecer, por dentro das leituras antropológicas, uma ontologia geográfica, que não estava diluída na totalidade da cultura? E por que os gregos anunciam uma geografia, portanto, a consciência, somos herdeiros dessa tradição, então, isso coloca...

DS: Essa referência sistemática, claro. Eles batizaram a "criança".

CL: E antes disso, não é que nós vamos institucionalizar a Geografia aqui. Porque num primeiro momento essa solidariedade social, a forma social do pensamento, que Adorno e Horkheimer vão discutir, muito bem, na Dialética do Esclarecimento... A Geografia emerge de uma sociedade específica. Portanto dá uma forma específica da existência social e do próprio pensamento.

DS: Eu teria algumas divergências aí: a primeira delas envolve o fato de que uma parte grande da literatura, principalmente da literatura do século XX, em relação da Geografia, coloca o nascimento da Geografia nas mãos do Humboldt e, mais recentemente, nas mãos de Kant tendo como referência as aulas de Geografia do Kant, o que me parece absolutamente legítimo. Mas o que me parece que não é tão legitimo é que confunde a constituição da Geografia com ela se tornar uma disciplina acadêmica, e, portanto, só é saber aquilo que é o nosso saber, o saber daqueles que são acadêmicos. Na tentativa de romper isso, voltamos à tradição grega. Correto, ela estabelece uma determinada normativa, que dá sentido, significado, ordenação, uma certa teleologia inclusive, ao discurso sistematizando perguntas que são clássicas para a sociedade como um todo. Tal constatação nos permite afirmar que o espalhamento da discussão

geográfica, para ficarmos no nosso limite, para o mundo como um todo, não envolve um empastelamento ou simplificação das culturas, mas a identificação das estruturas lógicas que estão no fundamento de uma razão que necessita dialogar com as demais razões. As perguntas sobre a dimensão e significado do "onde" não é uma prerrogativa da chamada sociedade ocidental. Ela é uma necessidade da humanidade.

CL: Aí que está. Permita-me aí pensar junto. Como isso, num primeiro momento, se enquadra e é absorvido como uma totalidade pela sociedade moderna capitalista na medida em que ela absorve aquilo que ela envolve, dialeticamente? Neste sentido a Geografia passou por esse crivo, por este processo.

DS: Mais um comportamento do que um ordenamento discursivo explícito.

CL: E que ganha uma continuidade. Ela não foi eliminada como outras coisas. Ela foi bem recebida no moderno, pelas formas. Então, aí nós encontramos talvez uma questão da própria natureza desse pensamento...

DS: Nesse sentido, sim. Uma coisa interessante da minha experiência na África, à medida que essa experiência tem me permitido discutir, junto com os discursos clássicos da chamada sociedade ocidental e que já estão colocados para a universidade moçambicana na sua confluência com os discursos de origem tribal, muito presentes na vida e na constituição cultural e intelectual daquelas pessoas que estão lá... Trata-se da oportunidade de vivenciar onde um discurso permite o desenvolvimento do outro, ou não. É um solapamento. É uma violência cultural. Essa experiência tem me obrigado a questionar qual seria a Geografia do discurso geográfico. Em que medida a presença desse discurso, e de suas normas cultas, envolve a destruição das identidades, das estruturas identitárias, ou envolve um repensar dessas identidades, o significado de lugar para os povos... Tal reflexão ainda está para ser feita. Tendemos a fazer sempre uma historia do discurso, fazer uma sociologia do discurso, e temos dificuldade em fazer uma geografia dos discursos. Precisamos efetivamente fazer desvendar a geograficidade do discurso geográfico.

CL: Para hoje.

DS: Exatamente, é uma questão para hoje.

CL: Penso que com isso eu só queria trazer aos termos do moderno e penso que uma questão novamente aparece e ela está presente nas suas preocupações também. Creio que é o momento evidenciar o espaço como uma questão. Por mais que temos vivido o espaço, nem sempre ele foi a questão dos pensadores. Nessa relação entre a constituição do mundo moderno e a constituição do espaço. Onde se colocaria o contato entre o pensamento geográfico, a constituição do moderno e a constituição do espaço?

DS: Vou dividir meus comentários nas mesmas partes que construíram tua pergunta. Antes, porem, gostaria de me reportar, usando exclusivamente a memória, às primeiras páginas de "O Capital", do Marx, onde ele advoga a ideia de que, para construir perguntas uma sociedade deve amadurecer-se ou, numa interpretação absolutamente pessoal, a construção das perguntas faz parte do processo de existir da própria sociedade. Assim sendo, na mesma direção, vale afirmar que há um conjunto de questões que só se constituiu na medida em que a humanidade se reconheceu como civilização, ou a civilização se reconheceu como humanidade, isto é, quando nos reconhecemos na escala planetária das relações que hoje nos constituem. Alguns vão chamar de questão ambiental, outros de política, de temas do capitalismo monopolista... O que é importante é que o século XX, pelo menos até os anos de 1970, dentro da sua mitologia, digamos assim, advoga a idéia de que o tempo é a categoria de análise, por excelência, da dinâmica das transformações e da tentativa de controlá-las. Desde Newton nota-se a tentativa de se construir um discurso que coloque o tempo no formato da mecânica e a mecânica sob controle, o que permitiu ao capitalismo desenvolver a idéia de controlar o trabalho pela via do tempo de trabalho... Então, a constituição da humanidade da forma como a gente a reconhece hoje, e do modo de produção capitalista da forma como ele se realiza efetivamente hoje, coloca a dimensão da planetariedade como a escala necessária da discussão. E aí vem o seguinte dilema: como é que eu construo um discurso único, genérico, geral, suficiente, que dê conta dessa diferencialidade que é a realização do fenomênico. Neste sentido então, e é justamente neste momento, que vai se realçar a categoria espaço.

CL: Ela é, então, necessariamente a constituição do universal...

DS: Exatamente.

CL: Isso na Geografia...

DS: Sim, isso na Geografia.

CL: Na Filosofia o espaço foi uma questão muito anterior...

DS: Sim e não. Vamos considerar o seguinte: do ponto de vista do discurso cientifico, a partir do século XVI, não há nenhum que tenha se constituído sem colocar as questões de espaço e tempo em evidência. Espaço e tempo são categorias tipicamente burguesas. Num primeiro momento, do capitalismo mercantil, acelerando e colocando em evidência o discurso geográfico pela majestade da produção cartográfica, a retomada das discussões astronômicas e assim por diante. A fábrica traz o tempo para o primeiro plano. Creio que isso se evidencia quando confrontamos a maneira pela qual Kant vai entender os primeiros movimentos da mecânica e Hegel vai procurar identificar o significado de Natureza.

CL: Mas voltamos a nomeação do termo - como a Geografia, esse fenômeno (vamos dizer assim), evidente para quem, a sensação do fenomenológico, do teórico, é nomeado. Há quanto tempo, os geógrafos do século XIX, do século XX, olhavam pro Mundo como se fosse um palimpsesto de meios. Há algum momento em que algo dissolve isso e o constitui como uma unidade?

DS: Uma metafísica.

CL: Espacial...

DS: Sim, a grande questão é que, do ponto de vista da empiria, o que você vê são coisas. Você não vê espaço.

CL: É o tempo do abstrato.

DS: Exatamente. O espaço é uma categoria da pura abstração. É uma categoria da metafísica e, neste sentido, necessária. A discussão, portanto, deve seguir o seguinte questionamento: como generalizar o fenomênico, sem perder sua relação topológica? O que se fez foi transformar o o intangível no objeto da Geografia, como se o intangível fosse o tangível, fosse o fenomênico, como se o espaço existisse como coisa.

CL: E ai não há uma distância? Por que a Geografia surge antes do espaço.

DS: Tal como estamos conversando aqui... muito antes.

CL: Então o objeto original da Geografia não é o espaço, é um outro produto, um outro ser...

DS: É a localização, a localização das coisas. Não se trata, portanto, de uma coisa, mas da compreensão de uma dimensão da processualidade que identifica a relação entre sujeito e objeto.

CL: Até que, como que nós herdamos o espaço, isso nos remete à uma confluência de determinações que são difíceis de alcançar nesse momento... Eu quero que a Geografia é anterior ao espaço, parece... Ou eu estaria dizendo um absurdo?

DS: Vamos retomar a questão. O que é que queremos? Cotidianamente falando? Nós queremos reconhecer que as coisas estão, em relação a outras coisas, devidamente localizadas, elas são sempre devida e relativamente localizadas, porque a localização das coisas e a observação disso, envolvem a percepção dos processos nos quais essas coisas estão inseridas. Essa é a nossa realidade. Muito bem. Isso, no entanto, pode nos levar a um empirismo brutal. Buscamos, portanto, um pensamento sistêmico que nos permita construir a leitura sobre essas processualidades. Na melhor tradição positivista, isso significa que eu preciso achar um objeto para a Geografia. Como o objeto não pode mais ser as coisas, porque as coisas são muitas, e as coisas só são em processo, as coisas deixam de ser a observação imediatizada para que seja o espaço. O espaço é uma categoria suficientemente ampla pra isso. Mas ele é uma armadilha de

caráter epistemológico, uma armadilha se o pensarmos como objeto. Por quê? Porque, na verdade, o espaço é uma dimensão do fenômeno, uma dimensão do fenomênico, não é uma coisa.

CL: Isso na metafísica...

DS: Por isso ele vai para o campo da metafísica para se tornar uma identidade em si. Espaço infinito, a divindade... Bom, isso é uma discussão que vai pelo século XVI, XVII, XVIII afora. Agora o mais interessante é que como não conseguimos dar conta disso, porque a categoria espaço faz parte de todos os campos do conhecimento, nós acabamos adjetivando-o de espaço geográfico. Acontece que isso nos leva a uma tautologia sem fim, porque se o espaço geográfico é aquilo que a Geografia estuda, então o que é a Geografia no final das contas? E não há resposta nessa linha, porque perdemos a noção de qual é o interesse do sujeito. Nós temos aí uma ciência que discute o seu objeto sem discutir o seu sujeito. Essa é a discussão dos últimos 30 anos. Uma ciência sem sujeito.

CL: Isso nos remete diretamente a uma questão de caráter ontológico...

DS: Claro, sempre.

CL: A constituição de todo o pensamento moderno foi um esforço ontológico, pode se pensar assim.

DS: Se você quiser ler assim, mas não necessariamente as pessoas com consciência disso estarão nessa direção.

CL: Imagino que em todo ato epistemológico, desde o mais básico que é a nomeação das coisas e dos saberes, até a sua elaboração na forma do processo... As formas todas articuladas...

DS: E o seu reconhecimento enquanto sujeito...

CL: É.

DS: Acontece que o positivismo não se vê assim. Mesmo que ele faça isso.

CL: Exatamente.

DS: Porque não reconhece que o objeto só é objeto para um sujeito. Que não existe um objeto sem um sujeito, e que a definição do objeto depende do objetivo do sujeito, portanto, depende de que processo você está falando, em que relação você está inserido. Então, acabamos construindo uma relação muito linear entre sujeito e objeto, construindo um objeto típico do positivismo, mais pueril.

CL: Mas a afirmação do sujeito não implica numa fenomenologia?

DS: Ela implica, mas o problema não é esse. Estou afirmando que a afirmação do sujeito é um processo que implica na existência do sujeito e que este não se afirma sem que exista para o objeto. O problema é que o positivismo não reconhece isso e, portanto, não reconhece o sujeito na relação. Por isso é

capaz de afirmar que o objeto da Geografia é o espaço, mas não é capaz de dizer o que é espaço.

CL: Ou o inverso, que é falar dos sujeitos.

DS: ...mas eu diria que aí há uma incorreção estrutural do ponto de vista ontológico. Essas construções discursivas envolvem o reconhecimento da identidade da sociedade sobre a qual se fala, isto é, quem são os sujeitos falantes, e porque é que os sujeitos identificam os seus objetos da forma como identificam. Não como se os objetos existissem em si, mas como se eles existissem em processo, por isso que a constituição da identidade é fundamental.

CL: São as formas históricas que vamos chamar primeiro de indivíduo ou sujeito. Sejam as formas culturais, as formas sociais. Obviamente não podemos imaginar o mundo sem um anteparo desses superegos, que seriam a cultura, a sociedade...

DS: O mundo humano pelo menos não.

CL: Então nós partimos sempre de um conjunto de representações para pensar e herdamos este processo. Daí a dificuldade, muitas vezes, de elaborar o corte deste processo. É como imaginar o retorno ao objetivo da entrevista, depois deste grande passeio, em relação àquilo que se constitui como pensamento geográfico. Você e os que lerem esta entrevista, provavelmente, a maioria, se não todos, estarão relacionados a isso. Portanto constituímos um universo discursivo. Dentro desse universo discursivo nos contradizemos, elaboramos. Dentro dessa elaboração fica a pergunta: qual elemento ou processo você poderia pensar a respeito do conjunto de equívocos que nós temos desenvolvido?

DS: Uma pergunta perigosíssima...

CL: Exatamente. Caso não queira respondê-la...

DS: Não! Vou dar um exemplo somente para demonstrar a complexidade da pergunta. No final dos anos de 1970, participamos de um grande movimento que foi chamado de Geografia Crítica. Afora o fato de que alguns usaram isto como uma espécie de marca registrada para vender livros, a grande maioria das pessoas que teve acesso a este tipo de informação acabou associando a idéia de Geografia Critica a uma determinada leitura especifica da Geografia, a um campo do conhecimento, a uma epistemologia, a uma opção de caráter metodológico, ideológico, e assim por diante. Poucos foram os que perceberam que se tratava de um movimento de pessoas de diferentes matizes político/ideológicos que se juntaram na luta contra a Ditadura Militar. Mas isso criou um grande equivoco, não é? Um equívoco que prejudicou profundamente o desenvolvimento da discussão porque ao colocou uma marca, digamos assim, induziu a muitos a pensar que "Geografia Crítica" guardaria em si todas

as variáveis e fundamentos de um processo que, de fato, era muito diversificado e envolvia uma luta imensa.

CL: Foi isso que aconteceu quando deram o nome de Geografia ao conhecimento?

DS: Não.

CL: Os gregos nomearam o conhecimento como Geografia. Depois disso, nós vemos essa institucionalização. Estamos aqui hoje e a capilaridade da Geografia imensa. Com certeza, neste momento, milhares de pessoas estão falando sobre algum conteúdo geográfico. Há uma capilaridade fantástica, fruto de uma nomeação que talvez tenha sido equivocada no seu próprio nascimento, do ponto de vista ontológico. Então nós continuamos reverberando isso de Geografia, e assumimos isso. Aí já é uma questão da própria identidade, no decurso da formação de um pensamento. Podemos defendê-lo, analisá-lo, revisitá-lo, historiá-lo, mas fica a questão. Aceitamos, queira ou não, uma herança que não foi questionada. E hoje vamos discutir a fragmentação, a Geografia Crítica, Física, Humana... Até onde foi o nosso questionamento? Questionamos a fragmentação, mas não questionamos o sentido ontológico da nossa própria instituição. Herdeiros do quê? Estou atravessando, mas no sentido...

DS: Fico pensando se efetivamente o Heidegger tem razão. Será que identificar a filosofia de Filosofia matou a filosofia? Ou identificar a filosofia de Filosofia permitiu ao Heidegger...

CL: Ser filósofo.

DS: Ser filosofo, fazendo uma defesa da poieses... O que eu estou querendo levantar com isso é: será que somos capazes de uma ordem do nosso pensamento, de construir uma ordem do pensamento, que nós mesmos sejamos capazes de reconhecê-la, sem que tenhamos de nomeá-la? Do ponto de vista da tradição grega não. Não somos capazes. E, portanto, não vejo nessa institucionalização um desvio. Talvez possa ficar mais claro com uma simples associação: quando a criança deixa de se chamar pelo próprio nome e passa a se chamar pelo pronome. É essa noção de generalidade que é a noção de que eu sou eu. A seu modo, Hegel inicia a "Fenomenologia do Espírito" colocando tal questão.

CL: Nós seríamos essas crianças. Porque herdando o nome próprio de um povo, o povo grego...

DS: Sim, mas também usamos pronomes, também usamos verbos, também usamos as mais diferentes linguagens, tudo isso são limites. Mas todo limite é a condição da sua própria superação. A inexistência da linguagem não permitiria o pensamento. Mas não há como construir a linguagem que não seja identificadora das processualidades, dos elementos que compõe os processos,

dos verbos que articulam e identificam processos, dos adjetivos que qualificam. Neste sentido, a construção da lógica é a construção de uma sintaxe. Então, o que chama geografia de Geografia é o reconhecimento da identidade de um procedimento necessário da humanidade. Isso é uma institucionalização? É porque é uma identificação, e a identificação do fenomênico é, entre outras capacidades, a de dar nomes. Na capacidade de dar nomes construímos identidades para a nossa própria ansiedade, para nossa relação com o mundo, para a maneira de olhar o mundo e ao mesmo tempo construímos um conjunto de conflitos que permite a superação do referencial conceitual que dá significado aos nomes. Um conjunto de conhecimentos, também construídos pelos gregos, desapareceu, porque a sociedade que os sucederam, digamos assim, não viram mais naquelas contradições respostas para suas próprias demandas. No caso, a Geografia já teve quase que desaparecida varias vezes e ressuscitou das cinzas outras tantas, porque a cada momento em que se muda a ordem técnica, em que se mudam as velocidades, também se mudam as noções de distância, que se mudam as áreas de pertencimento, as escalas de deslocamento, de realização do trabalho, em cada um desses momentos as questões espaciais retornam e o discurso geográfico volta a ser importante.

CL: O que me deixa perplexo é que isso tenha se constituído, se chamando de Geografia. Porque simplesmente tenha permanecido por dentro de vários conteúdos ainda se chamando da mesma coisa, é genérica no seu nascimento, a sua generalidade constitutiva na identidade, preservou talvez...

DS: É como a História, a Filosofia, a Matemática,...

CL: Então a Geografia pertenceria a este momento e constituiu um campo que, por mais que...

DS: Por mais que se autodestrua se reconstitui na sua discussão.

CL: E vai continuar... É como se fossem as raízes constitutivas. Isso é que é interessante e, ao mesmo tempo, nos coloca aqui hoje. E vamos continuar conversando sobre isso... Senão não estaríamos aqui.

Tenho ainda uma questão, que leva direto ao núcleo da AGB e que remonta à sua experiência na própria entidade, desde 1978, que não vamos retomar, porque já foi amplamente comentado por você em outras entrevistas, mas em algum sentido a gente não superou uma questão: a da cisão ainda permanente entre o que é o movimento dos geógrafos e o movimento estudantil da Geografia. Nós temos muitas grandes entidades, a AGB e a CONEEG, e encontros, o ENEG, o ENG... Você acha que há um passo para ser dado na direção de uma união entre essas entidades da Geografia? Ou nós vamos ter que construir diversas entidades, cada uma do seu lado? Ou é possível pensar

numa entidade unificada dos movimentos da Geografia no Brasil?

DS: Há um reconhecimento hegemônico dentre os geógrafos brasileiros de que toda e qualquer Geografia que venhamos a produzir passará, de alguma maneira, pela AGB. O distanciamento da AGB significa se distanciar daquilo que mais instigante, mais produtivo, mais complexo, digamos assim, mais acabado, ou não, e o menos também, se reúne em determinados momentos, em determinados lugares. Então, a AGB é, e tende a permanecer, uma entidade catalisadora. Ela não pode querer se tornar a entidade única sob pena de se autodestruir, pois não tem como dar conta do conjunto de questões, do conjunto de dúvidas, do conjunto de dificuldades, do conjunto de desafios que envolvem a vida do geógrafo e da Geografia. Nada impede que os geógrafos preocupados com a questão urbana se reúnam. Nada impede que X ou que Y se reúnam e nada impede que os geógrafos que trabalham em empresas de planejamento se reúnam separados da AGB, ou que os estudantes tenham sua própria entidade. Estas identidades constroem questões especificas e desafios específicos, e necessitam de atos políticos e de respostas políticas. Mas nenhuma dessas entidades é a AGB.

CL: Então a AGB é uma metaentidade?

DS: Não.

CL: E não seria um equívoco que a AGB se transforme nisso? Ela se reverteria nessas diversidades e ficaria aguardando, como uma forma vazia, as demandas? Ela não tem sua própria identidade?

DS: A AGB constrói esta identidade do ponto de vista histórico. As outras entidades, na verdade, pelo menos a grande maioria delas, resultam, se não da AGB enquanto uma decorrência, pelo menos da AGB enquanto uma contestação. Portanto, todas, de alguma maneira, dialogam com essa tradição. Nessa medida a capacidade política de agregar os intelectuais, de todos os níveis, de todos os tipos, desde os aprendizes de feitiçaria, até os feiticeiros mais antigos... Essa capacidade é que dá a ela sua identidade. É o reconhecimento dessa legitimidade. Um encontro de estudantes não tem capacidade política de reunir todas as formas, todos os tipos, todas as gerações de geógrafos num único lugar, bem como o encontro de geógrafos de uma determinada especialidade não reúne a totalidade dos geógrafos. A AGB tem essa capacidade, essa legitimidade política, portanto ela é e se reconhece no interior dos geógrafos como um comando político. Não é uma identidade no vazio, é uma identidade que se constrói na história da Geografia. Pelo bem e pelo mal. Inclusive, porque muitas pessoas falam mal dela, enquanto outras adoram, outras se apaixonam, outras... Então, enquanto isso existir ela será capaz de catalisar de maneira

ampla e intensa a variedade imensa de demandas que existem no nosso campo de trabalho. Eu não tenho duvida que todos os professores devem se reunir nos seus sindicatos. Mas uma coisa é se reunir no sindicato, outra coisa é o professor de Geografia num encontro da AGB. E outra coisa é se reunir num "Fala Professor" que é organizado pela AGB, mas que não é um encontro de geógrafos. Porque ele tem características políticas, raízes políticas muito específicas. Uma dessas especificidades, principalmente a partir de 1978, é o desafio de romper com as paredes que protegem o castelo de cristal que é a academia, e colocar em seu interior o conjunto de questões que elaborado pelo e para o grande público, pelos professores, estudantes, estudantes do ensino médio, quem seja, quem tiver alguma pergunta de Geografia pode entrar numa reunião da AGB, pode até ser sócio da AGB! Então, essa capacidade de catalisação política, onde essa diversidade não retira a identidade, é que permite que a AGB sobreviva, senão ela teria morrido.

CL: Se bem entendi, você fala que a AGB nasceu com o espírito de uma entidade mestra, que se relaciona com as demais. E, ao mesmo tempo, queira ou não, e aí eu não sei se é uma qualidade, em algum momento vira uma fragilidade, que ao mesmo tempo em que ela sintetiza as outras posições, ela também é consumida pelas outras posições... É um dialogo amplo...

DS: É um diálogo tenso. Muito profícuo e muito criativo. Porque em determinados momentos você percebe que a AGB agrega mais os que defendem posicionamento de esquerda, em outros momentos os de direita, em outros momentos... Eu não sei se existe centro... E em determinados momentos nós temos uma preocupação maior com o ensino, em outros com o meio ambiente, em alguns momentos queremos nos fundir à CUT, em outros perdemos esta discussão e ela vira um vazio...

CL: E vamos para o CREA...

DS: Mas em todos estes momentos, em todas estas variações, ela estabelece um tipo de comando, porque se você produz alguma coisa e você não é capaz de levar isto para a AGB para que as pessoas possam escutar o que você trouxe, você não teve um fórum de discussão. Quer dizer, o que estabelece essa relação cosmopolita com a Geografia é a possibilidade de viver com a AGB.

CL: Você colocaria, por exemplo, a tentativa da ANPEGE de frequentar os ENGs freqüentemente como uma dessas tentativas de legitimação de si mesma?

DS: Sim. Mas jamais a ANPEGE será a AGB, porque isso seria transformar a AGB num órgão acadêmico, e ela nunca será. Não voltará a ser. A própria criação da ANPEGE, de alguma maneira, foi a percepção de que o caminho percorrido pela AGB e a sua dimensão cosmopolita tinha colocado em questão

a necessidade de uma organização interna, principalmente via pós graduação e suas relações com o Estado e com a CAPES...

CL: Tendo como referência o conjunto da sua obra, aquilo que você já publicou em termos de conhecimento... Quais seriam os mais adequados e os mais contundentes, melhor dizendo, em termos da penetração do pensamento geográfico? Pensando naquilo que já foi dito, na sua capilaridade? Quais são os caminhos hoje em que a Geografia chega melhor ao mundo?

DS: Bom, eu tenho sido muito questionado por pessoas de diferentes formações, inclusive geógrafos, no sentido de querer saber se em algum momento eu já refleti sobre os desdobramentos e a importância dos livros didáticos que eu ajudei a escrever desde 1986. E, assim, pelo que eu tenho percebido, esses textos refletem leituras da Geografia em pessoas que nunca fizeram Geografia, não vão fazer, não são geógrafos... Então, estes textos são efetivamente os que têm a maior capilaridade. Pessoas desconhecidas, que hoje são advogados, pedagogos, médicos e que, em algum momento, guardam lá na sua casa, segundo alguns depoimentos, aquele livro que de alguma maneira fez a sua cabeça, fez com que o colégio valesse a pena. Os textos que escrevi dentro da Geografia e para geógrafos, não são textos de muito consumo. Quando publiquei, na Terra Livre, a discussão sobre a relação sujeito e objeto na Geografia, imaginei que o debate apareceria muito rapidamente, porque se criava ali uma tensão, principalmente pelas tradições que estão mais vigentes, mais comuns, hoje em dia, entre nós. Mas percebo que este texto só agora começa a ser discutido quando uma pessoa ou outra coloca questões em torno dele. E mesmo assim é muito lento. O texto "A reinvenção do espaço" já vai para 10 anos de publicação e nesse momento é que ele está sendo um pouco mais usado dentro das salas de aula, parece que é uma coisa que está se tornando um pouco mais domesticável, digamos assim, as pessoas se aproximam mais deste texto com menos problema, com menos dificuldade. Então, eu produzi textos de diversos tipos, alguns relacionados ao ensino, que são os textos mais conhecidos. Em compensação tem textos que eu gosto muito, como o que fiz sobre a concepção de espaço e tempo no Gênesis e que é muito pouco conhecido. Foi publicado na Espanha. No Brasil tem uma publicação pela AGB-Niterói, mas é um texto que ninguém comenta, ninguém entra nessa discussão...

CL: Só complementando, você pensa que a Revista Terra Livre poderia, em algum momento, ser um pouco mais incisiva na suas colocações, de forma que os textos que ali viessem pudessem fomentar mais o diálogo e menos ser um depositório de necessidades acadêmicas em função da qualificação da CAPES e do CNPQ?

DS: Se eu pensar nos meus próprios interesses eu diria que sim, não é? Mas aí eu estaria deixando de lado a idéia de que a Terra Livre é uma revista de uma entidade e ela deve responder a este conjunto de demandas. E aí eu citaria o Ruy Moreira, no sentido de dizer que todo conhecimento que não tem por objetivo a subversão é melhor nem ser feito. Ele não fala com estas palavras, mas acho que a idéia é bem esta. Então acho que todo conhecimento tem por objetivo questionar, mudar, revolucionar, subverter... Mas isto não significa que não há importância, para este processo de subversão, o movimento de consolidação de determinadas observações. Talvez não sejam os textos que eu escreva, eu não escreveria, creio que nem sei fazer isto. Mas isso é um papel da entidade, ela deve tornar a produção pública e as pessoas devem bancar publicamente aquilo que elas afirmam. Acho que a questão política é essa, e talvez esta seja a grande revolução.

CL: Muito bem Douglas, gostaríamos de agradecer a sua dedicada audiência à Terra Livre. Espero você possa continuar contribuindo com essa discussão...

DS: Queria agradecer à Direção da AGB, a você, ao pessoal da publicação que tenha lembrado meu nome para fazer a entrevista e, como sempre, dizer que estou à disposição e na medida em que puder ajudar estamos juntos nesta jornada que já vai pra sei lá quantos anos. Obrigado a vocês.